



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O naturalismo biológico de John Searle e as ambiguidades de uma concepção internalista da mente

Mariana Claudia Broens
Carmen Beatriz Milidoni

Como citar: BROENS, M. C. ; MILIDONI, C. B. O naturalismo biológico de John Searle e as ambiguidades de uma concepção internalista da mente. *In:* FERREIRA, A. ; GONZALEZ, M. E. Q. ; COELHO, J. G (org). **Encontro com as Ciências Cognitivas. Vol.4.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p81-88. DOI: <http://doi.org/10.36311/2004.85-7129520-9.p81-88>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O naturalismo biológico de John Searle e as ambigüidades de uma concepção internalista da mente

Mariana Cláudia Broens¹

Carmen Beatriz Milidoni²

No presente trabalho procuramos discutir alguns aspectos da concepção internalista de mente defendida por John Searle. Por internalismo estamos aqui compreendendo, regra geral, a tese segundo a qual os eventos mentais supervêm de eventos internos ao sujeito. Esta tese se contrapõe à tese externalista, a qual postula que também há eventos mentais que resultam (ou supervêm) de eventos ambientais³. Procuraremos mostrar que a concepção internalista de mente de Searle é problemática na medida em que pretende, simultaneamente, situar-se num contexto naturalista e preservar uma experiência subjetiva de primeira pessoa.

No texto *A redescoberta da mente* (1997), Searle apresenta inicialmente algumas teses materialistas que considera equivocadas e que, segundo ele, têm em comum o fato de negarem a dimensão subjetiva, interna e de primeira pessoa da vida mental do indivíduo. Segundo Searle, em nome de uma compreensão canhestra da objetividade da investigação científica, recusa-se a possibilidade de que haja algo assim como uma realidade subjetiva quando se trata da vivência mental que cada indivíduo possui.

¹ Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília-SP. Endereço eletrônico: mbroens@uol.com.br

² Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília-SP. Endereço eletrônico: milidoni@marilia.unesp.br

³ O exemplo clássico de Putnam (1975) diz respeito a uma experiência de pensamento que, segundo ele, evidencia que o significado está no mundo, e não apenas 'na cabeça', ao contrário do que defendem várias teses internalistas. Putnam utiliza o célebre argumento da Terra-Gêmea, segundo o qual é postulada a existência de um planeta, a Terra Gêmea, em tudo igual à Terra, com exceção da composição química da água. Nesse outro planeta, embora a água pareça idêntica à água terrestre externamente, sua composição não é H₂O, mas XYZ. Quando um habitante da terra gêmea diz 'água', embora o evento mental dele seja idêntico ao de um habitante terrestre que também diz 'água', o significado do termo não será o mesmo na Terra e na Terra Gêmea, uma vez que a composição química de ambos líquidos é diferente.

Searle considera que “os fenômenos mentais são causados por processos neurofisiológicos do cérebro, e são, eles próprios, características do cérebro... Os processos e fatos mentais fazem parte de nossa história natural biológica tanto quanto a digestão, a mitose, a meiose ou a secreção enzimática” (SEARLE, 1997, p. 7). Ao caracterizar assim seu naturalismo biológico, Searle aponta que a investigação dos processos físico-químicos do cérebro que causam a vida mental cabe às neurociências. Mas, ele indica, interrogações sobre a natureza da consciência e de todas suas atividades devem ser respondidas pela Filosofia e pela Psicologia, utilizando uma metodologia investigativa própria desses saberes.

Embora a Filosofia da Mente deva manter uma interlocução constante com as ciências positivas que buscam elucidar os processos fisiológicos responsáveis pela vida mental, para Searle os fenômenos mentais tais como são experienciados pelo indivíduo devem ser abordados por uma perspectiva teórica que considere seu caráter subjetivo.

Para Searle parece evidente, pois, que a explicação científica do funcionamento do cérebro e de como, efetivamente, ele causa a vida mental não alterará o fato de que o indivíduo tem uma experiência subjetiva e interna de sua própria consciência e de seus estados mentais.

Assumir como dado inegável o caráter subjetivo da vida mental do indivíduo não significa, segundo Searle, assumir uma postura cartesiana: afinal pode-se afirmar que há mente porque há um cérebro. A subjetividade a que se refere não é a subjetividade introspectiva do *cogito* que, para ser determinada, precisou abrir mão da interação perceptiva com o mundo físico e precisou, igualmente, abrir mão (mesmo que apenas metodologicamente) do próprio corpo.

Searle argumenta que, se as investigações da Filosofia da Mente encontram-se ainda impregnadas de um ranço cartesiano, este está presente nas escolas materialistas. Ele afirma, com efeito, que boa parte dos erros cometidos pelos diferentes tipos de materialismo deve-se a que, embora o dualismo substancial seja considerado por todos como inaceitável, concepções como monismo anômalo ou dualismo de propriedades, antimentalismo ou mesmo o próprio materialismo mantém, à revelia, o cartesianismo como ponto de partida para suas análises.

Segundo Searle, um exemplo deste erro (talvez o mais grave) surge quando os filósofos da mente entendem que criticar o materialismo necessariamente implica assumir teses do tipo cartesiano ou situar-se na perspectiva do dualismo substancial. Atribuir ao pensamento cartesiano o papel de interlocutor privilegiado, isto é, colocar o cartesianismo num pólo oposto que se deve combater já mostra por si um vício de origem.

Dando seqüência a sua argumentação, Searle afirma que uma das mais recentes escolas materialistas que se recusa a admitir o caráter subjetivo e interno de nossa vida mental é o chamado Externalismo.

Para ele, o procedimento adotado pelo Externalismo consiste em naturalizar a intencionalidade, isto é, considerar que o conteúdo semântico não é apenas interno ao indivíduo, pois precisa de: “[...] um conjunto de relações causais físicas reais com os objetos do mundo” (SEARLE, 1997, p. 75). Uma versão mais forte de “naturalizar a intencionalidade, e que teria servido de base para o Externalismo, foi a do funcionalismo do primeiro Putnam (1975), para o qual “[...] seria preferível uma explicação do conteúdo intencional formulada exclusivamente em termos de relações causais entre pessoas, por um lado, e objetos e estados de coisas no mundo, por outro” (Searle, 1997, p. 75). Em consonância com (parte) deste pensamento, na perspectiva externalista, as crenças, os desejos, etc. não poderiam ser explicados como estados mentais internos, pois, de algum modo, estariam também fora do indivíduo, estariam no mundo.

O erro externalista seria, para Searle, semelhante aos erros cometidos pelas demais abordagens contemporâneas, qual seja, preterir a realidade subjetiva dos estados mentais ao exteriorizar tais estados. Ele observa que o senso comum poderia argumentar contra a tese externalista mostrando que naturalizar a intencionalidade implicaria que a intencionalidade deixasse de ser ela própria e, podemos acrescentar, exteriorizar a mente faria que a mente deixasse de ser mente e passasse a ser meio ambiente. Searle insiste: consciência e intencionalidade têm uma realidade subjetiva.

Adepto de uma terceira via, Searle pretende mostrar que é possível simultaneamente afirmar que os estados mentais têm uma realidade subjetiva e que a mente resulta de processos físico-químicos do cérebro sem repetir os equívocos do materialismo em suas várias versões e do dualismo substancial cartesiano, os quais, a rigor, são, segundo ele, verso e reverso da mesma moeda.

No entanto, parece-nos que a subjetividade de nossa vida mental em geral, defendida por Searle e considerada por ele como uma evidência incontestável, é de alguma forma afetada pelo próprio conceito searleano de *background*.

Searle caracteriza o *background* como sendo constituído: "... pelas capacidades, aptidões e *know-how* geral que possibilitam que nossos estados mentais atuem" (SEARLE, 1997, p. 249). Condição necessária dos estados intencionais, o *background*, segundo Searle, não é, ele próprio, intencional. Os estados intencionais não são autônomos, para que se efetivem é necessário todo um conjunto de atividades de *background*.

Ele sugere que essas capacidades de *background* sejam divididas em dois tipos: um *background* profundo, próprio da espécie e que resulta de nossa história biológica e um *background* local, relativo a práticas culturais ou a formas pontuais de interação com um meio ambiente específico.

O ponto mais significativo da apresentação deste importante conceito consiste no que Searle denomina "leis de funcionamento do *background*". Ressaltaremos duas. A primeira aponta que: "em geral, não há nenhuma ação sem percepção, nenhuma percepção sem ação" (SEARLE, 1997, p. 278). E a segunda considera que: "a intencionalidade ocorre em um fluxo coordenado de ação e percepção, e o *background* é a condição de possibilidade das formas assumidas pelo fluxo" (SEARLE, 1997, p. 278).

Em outras palavras, particularmente no que diz respeito ao *background* local, sendo esta condição para que possam ocorrer atos intencionais, podemos perceber que há uma espécie de "exteriorização" de certos aspectos da vida mental do indivíduo. Em se tratando de certas aptidões e capacidades de *background*, o que se tem é um processo dinâmico não mediado pela consciência: não há nesses casos uma ação prévia consciente que determine a interação do indivíduo com o meio.

Searle parte da noção comum de subjetividade da vida mental e, como apontamos, considera-a uma espécie de dado inquestionável. No entanto, ele acaba por alterar de algum modo essa noção do senso comum ou da experiência individual ao postular o conceito de *background* enquanto condição de possibilidade da interação intencional do indivíduo com o mundo.

Em artigo dedicado ao problema do auto-conhecimento na perspectiva externalista, Akeel Bilgrami (1992) propõe caracterizar o externalismo em geral

como sendo a negação da tese segundo a qual: "... estados intencionais ... não pressupõem a existência de nada externo ao agente possuidor de tais estados" (p. 363).

Considerando esta tese básica, podemos perceber que o conceito searleano de *background* é compatível com a tese externalista. Porém, ao atribuir à consciência uma realidade subjetiva, embora causada pelo cérebro, Searle desperta a desconfiança mesmo no leitor mais generoso.

Mas façamos uma recapitulação dos pontos nodais da concepção de mente searlina. Com o intuito de apontar as propriedades que seriam essenciais aos fenômenos mentais e que serviriam para circunscrever o domínio do mental enquanto correspondente àquilo que satisfizer tais propriedades, em sua obra *Mente, cérebro e ciência* (1987), Searle escolhe, como traços "privilegiados" do mental, os seguintes: *consciência* (o aparecer, ser fenomênico para); *intencionalidade* (a característica de um estado de um sistema de ser acerca de objetos e estados de coisas no mundo diferentes dele próprio); *subjetividade* (a propriedade de um indivíduo de ser consciente de si mesmo e de seus estados mentais "internos" como algo inteiramente distinto da individualidade e dos estados mentais de outras pessoas); *causação mental* (o fato de nossos pensamentos e sentimentos terem algum efeito causal sobre o mundo físico) (SEARLE, 1987, p. 21-2).

Por outro lado, e como já consignamos, os fenômenos mentais seriam explicados como causados por e realizados em processos cerebrais. Esta explicação repousaria sobre um tipo de redução physicalista que Searle denomina *redução causal*. A mesma é caracterizada como sendo "(...) uma relação entre quaisquer dois tipos de coisas que possam ter capacidades causais, em que se demonstra que a existência e, *a fortiori*, as capacidades causais da entidade reduzida são inteiramente explicáveis em termos das faculdades causais dos fenômenos redutores" (SEARLE, 1997, p. 166).

Mas Searle faz questão de esclarecer que esta visão das relações entre mente/cérebro como uma forma de *redução causal* não implica uma *redução ontológica*, no sentido de que os fenômenos mentais seriam *nada exceto* processos cerebrais (SEARLE, 1997, p. 163 e seguintes). Todavia, e para que não restem dúvidas quanto à sua ontologia do mental, Searle sublinhará sua adesão à tese mentalista, chamada por ele de "ingênua", que sustenta a

existência de fenômenos especificamente mentais, tais como crenças, intenções, desejos (SEARLE, 1987, p. 33).

Esta tese, perfeitamente clara e sustentável como opção filosófica, se vê, no entanto, obscurecida quando Searle se ocupa da ontologia da consciência. Para este autor, a consciência não pode ser definida em termos de “realidade”, porque a consciência consiste nas próprias aparências. Diz Searle: “*Onde a aparência está envolvida, não podemos fazer a distinção aparência-realidade porque a aparência é a própria realidade*” (SEARLE, 1997, 176, grifo do autor). E perguntamos: que tipo de redução causal dos fenômenos mentais seria adequado para explicar causalmente a consciência? Não haveria aqui uma espécie de dissonância entre o naturalismo biológico searleano e uma abordagem “fenomenológica” da consciência?

Se articularmos agora os diferentes planos de aproximação ao universo do mental acima considerados (planos lógico, causal e ontológico) teremos que admitir a maestria de Searle ao conseguir conservar a tese mentalista clássica de que haveria estados propriamente mentais dotados de propriedades que os fariam ontologicamente irreduzíveis a qualquer outra coisa e ao mesmo tempo superar a opção entre dualismo e materialismo reducionista (tanto no sentido ontológico quanto lingüístico da redução), opção essa que, para nosso filósofo, seria uma falsa opção.

Sem embargo, devemos ressaltar que a validade dessas conseqüências depende da noção de causação, do nível micro (processos cerebrais) para o nível macro (fenômenos mentais), e que a dita noção não é suficientemente esclarecida por Searle.

Voltando à temática da situação do pensamento searleano em termos da oposição “externalismo/internalismo”, julgamos que seria necessário, para afastar desse pensamento qualquer suspeita de incompatibilidade com a opção externalista, determinar se existe algum sentido em que os processos cerebrais possam ser considerados “externos” com relação a seus efeitos, quais sejam, os fenômenos mentais de um certo sujeito. Esta não parece ser tarefa fácil, já que Searle rejeita – se bem que perifrásticamente — a concepção humeana de causalidade, que pressupõe a exterioridade da causa relativamente a seu efeito. (SEARLE, 1987, p. 25-6).

Para concluir, entendemos que Searle corretamente denuncia a pesada carga semântica de nosso vocabulário, ainda repleto de entulhos cartesianos.

Resta indagar se, a despeito de todo seu esforço e a despeito da busca de objetividade presente no conceito de *background*, Searle não acaba também por sucumbir diante do mesmo problema.

Há, efetivamente, um conflito entre as concepções internalistas e externalistas da mente. Entre o internalismo radical cartesiano, para o qual nossa vida mental independe de qualquer interação com o mundo físico, e o externalismo radical, para o qual não há sequer representações mentais que cumpram o papel mediador do indivíduo com o meio ambiente, talvez não seja possível assumir, como pretende Searle, uma via intermediária conciliatória.

Se, de um lado, algumas teses externalistas e suas implicações causam um certo desconforto justamente porque contrariam algumas aparentes evidências intuitivas de nossa experiência mental, por outro lado parece inegável que, à luz das investigações contemporâneas a respeito da natureza de nossos processos mentais, é cada vez mais difícil permanecer internalista.

Entendemos, além disso, que postular uma subjetividade de primeira pessoa implica estabelecer artificialmente um recorte entre mente (interna/subjetiva) e ambiente (externo/objetivo). Postular tal recorte significa criar artificialmente uma cisão entre o agente e o meio em que ele age. Dissociar agente e meio é altamente contestável da perspectiva de nossa história evolutiva: se os seres humanos são dotados de certas aptidões cognitivas, como a denominada 'consciência', isso parece ter ocorrido como resultado de uma dinâmica de interação com o meio ambiente ao longo do tempo. Podemos indagar, por fim, até que ponto a postulação de uma experiência subjetiva de primeira pessoa como o principal componente da vida mental humana não implica o esquecimento dessa dinâmica. É precisamente a relevância da interação agente/meio que vem sendo defendida por uma vertente da Ciência Cognitiva denominada *Cognição situada e incorporada*.

Na perspectiva dos teóricos de tal vertente⁴, as leituras tradicionais da Filosofia da Mente e da Ciência Cognitiva tendem a preterir, para dizer o mínimo, a relevância da corporeidade e suas complexas interações ambientais na constituição das habilidades cognitivas dos seres vivos. Isto ocorre, em especial, quando os tradicionalistas criam modelos funcionais das aptidões ditas

⁴ Podemos citar, por exemplo, Chiel, H.J. & Beer, R.D. (1997), Clark, A. (1997), Thelen, E. (2000), Knoblich, G. (2002), Haselager, W.F.G., de Groot, A.D. e van Rappard, J.F.H. (2003).

“racionais” do ser humano, isto é, da habilidade de resolver problemas aplicando regras lógicas.

Adotando um ponto de vista diverso, que consideramos da mais alta relevância, a cognição incorporada e situada entende que as aptidões cognitivas dos seres vivos não podem ser reduzidas à mera obediência a regras lógicas. Isto porque a ação inteligente, em especial a que se destina a garantir a sobrevivência do organismo, é frequentemente *reativa* diante de desafios imprevistos postos pelas mais variadas condições ambientais e não *lógico-dedutiva*, que resultaria de um prévio planejamento mental interno.

Referências

- BILGRAMI, A. Can externalism be reconciled with self-knowledge? In: *Philosophical Topics*, v.15, p. 191-226, 1992.
- CHIEL, H.J. e BEER, R.D. The brain has a body: adaptive behavior emerges from interactions of nervous system, body and environment. In: *Trends in Neurosciences*, 20(12), 553- 557, 1997.
- CLARK, A. *Being there: putting brain, body and world together again*. Cambridge, Massachusetts: MIT- Press.
- HASELAGER, W.F.G., de GROOT, A.D. e van RAPPARD, J.F.H. Representationalism versus anti-representationalism: a debate for the sake of appearance. *Philosophical Psychology*, 16(1), 5-23, 2003.
- LUDLOW, P.; MARTIN, N. *Externalism and self-knowledge*. Califórnia: Center for the Study of Language and Information – CSLI Publications, 1998.
- PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. In: GUNDERSON, K. (Ed.) *Language, mind and knowledge*. Minnesota: University of Minnesota, 1975.
- SEARLE, J. *A redescoberta da mente*. Tradução de Eduardo Pereira E. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Mente, cérebro e ciência*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- THELEN, E. Grounded in the world: developmental origins of the embodied mind. In: *Infancy*, 1(1), 3-28, 2000.